

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO VI, Nº218 JUNHO - PORTO VELHO, 2007
Volume XIX Maio/Agosto

ISSN 1517-5421

EDITOR

NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História
ARNEIDE CEMIN - Antropologia
FABÍOLA LINS CALDAS - História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia
MIGUEL NENEVÉ - Letras
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 150 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

218



**ESTADO AUTORITÁRIO - ESTADO
DEMOCRÁTICO: A CULTURA NA SOCIEDADE
BRASILEIRA**

Maria Valderice De Melo



Muitos e variados são os conceitos de cultura, elaborados por aqueles que têm interesse em abordagens na área das ciências humanas. Impossível falar no homem ignorando a sua forma de manifestar a sua existência.

No "Dicionário básico de filosofia" o conceito de cultura no sentido antropológico, possui um duplo sentido: a) *"é o conjunto das representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social (...); b) (...) é o processo dinâmico de socialização pelo qual todos os fatos de cultura se comunicam e se impõem em determinada sociedade (...)"*. (JAPIASSU e MARCONDE, 1991).

No debate em mesa-redonda, na 47ª Reunião Anual da SBPC em São Luís do Maranhão, cujo assunto abordado, "Cultura, Cultura Popular e Contra Cultura",

conferido por Arthur Poerner, concebe a cultura como *"O conjunto das características que definem a identidade de um povo"*. Para Danilo Santos de Miranda a cultura é *"O conjunto das relações simbólicas entre os indivíduos"*. Parafrazeando ambos, concluí-se a cultura como o conjunto das manifestações simbólicas e espontâneas que identificam um povo.

É pertinente abordar o conceito de cultura quando se quer tratar as questões relativas ao Estado, órgão criado pela sociedade com a finalidade de controlar as suas manifestações culturais. Neste trabalho procura-se entender o Estado autoritário na sociedade brasileira, no período de 1964 a 1985, identificando sua relação com a cultura.

Outra questão alude ao que se compreende por período de abertura do Regime Autoritário para uma sociedade democrática, indagando: o que se entende por esse tipo de sociedade? Qual a relação existente entre Estado de Direito, Sociedade Democrática e Cultura?

O estudo aqui desenvolvido, procura responder a essas questões, na tentativa de esclarecer essas relações.

I -Estado Autoritário e Sua Relação com a Cultura na Sociedade Brasileira

Estudos têm comprovado que o Estado surge a partir do momento em que os membros de uma sociedade se dividem em classes antagônicas, por consequência da origem da propriedade privada dos meios de produção. ENGLÉS (1994, p. 191), ao estudar a origem do Estado em sua obra: *"A origem da família, da propriedade privada e do Estado"* afirma que não sendo possível a reconciliação entre as classes, a sociedade cria um poder que se sobrepõe à mesma. *"Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais é o Estado"*.

Partindo deste princípio deduz-se que o Estado autoritário é consequência desse distanciamento, desse poder que se coloca acima da própria sociedade que o criou. Evaldo Vieira em sua obra "*Democracia e política social*" (1992), diz que o autoritarismo concentra-se no controle político do Estado, mantendo o monopólio, tolerando a presença de outros órgãos dentro do Estado, sujeitando-os ao mesmo.

No Brasil, o período do Regime Militar de 1964 a 1985, evidenciou essas afirmações. Conforme Willington Germano em sua obra "*Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985)*", nesse período não houve controle social sobre o poder político, as Forças Armadas apoderaram-se de autonomia para comandar o Estado brasileiro e os poderes Legislativo e Judiciário atuaram sob a autoridade do Executivo.

Do ponto de vista cultural o governo cria o Plano Nacional de Cultura - primeiro documento ideológico, elaborado por um governo brasileiro - objetivando orientar uma política da cultura, definindo-se pela "repressão ideológica e política intensa". (ORTIZ, 1992).

Com o autoritarismo, configura-se um fenômeno sócio-político que extrapola todas as expectativas de cidadania dos brasileiros, posto que violou todos os direitos de se viver dignamente.

Analisando a censura artística na década de 70, em "Vale quanto pesa", Silvano Santiago afirma que nesse período a sociedade fora punida injustamente, haja visto o cidadão deixar de "ler livros", assistir espetáculos e filmes, ouvir canções e "apreciar quadros". Assim não crescera intelectualmente. Foram reprimidos o seu pensar artístico, o sua capacidade de pensar criticamente, e o seu "pensar científico". Sem direito a exercer a cidadania, sem vez nem voz, devendo prevalecer a voz do regime autoritário. (SANTIAGO, 1982, P.51)

No Estado autoritário, não se difunde uma única ideologia. VIEIRA (Op cit) sustenta que a ideologia nesse tipo de Estado não se apresenta consistentemente formulada, não é executada integralmente e se restringe a preservar e justificar o poder. Não é oficializada. O que existem são ideologias formuladas desordenadamente, mas nunca sem fundamento. Neste sentido, a manutenção do poder é prioritária, para tanto são criados os aparelhos ideológicos de repressão.

GERMANO (Op cit) registrou que com o golpe de 64, a Escola Superior de Guerra constituiu um aparelho ideológico no interior das Forças Armadas, destinado à formação de "elites civis e militares" sob a influência do positivismo do novo nacionalismo, dos intelectuais que pregavam um autoritarismo político, predominando em todo esse aparato, a ideologia da Segurança Nacional, que idolatrava o poder e combatia as forças subversivas comunistas.

No mesmo período outras ideologias se difundiram: de 1968 à 1973 a Ideologia Liberal Conservadora; de 1975 à 1979 a Ideologia da Integração Social substituindo à Ideologia de Segurança Nacional, através da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, em que o Estado visava sobreviver e legitimar-se. Fato não concretizado, graças aos protestos contra o Regime Militar se irradiarem por toda a sociedade, chegando ao seu auge com a campanha por eleições diretas para Presidente em 1984.

Percebe-se que esse aparato de ideologias, impedia que as manifestações culturais populares se expandissem. Porém, com tanta repressão, se esperava que a qualquer momento a população reagisse contra o Regime e uma das saídas foi lutar pelo direito de eleger o seu Presidente.

Mesmo assim, os militares ainda conseguiram dividir a oposição representada pelo MDB, em 1980; como partidos de Esquerda surgiram o PT e o PDT e representando a Direita, PP, MDB e PTB, incorporando-se depois, PP + PMDB + MRR-8, PCB e PC do B. O PTB se transformou numa "sigla de aluguel", fazendo o jogo do Governo.

Segundo VIEIRA (Ibid) no Estado autoritário não há possibilidade de manifestações de ordem democrática; o mesmo assegura: "*O autoritarismo não adota caráter democrático, o qual pode irromper no totalitarismo e no liberalismo.*"

No Brasil, o período que compreendeu de 1930 a 1964 registra quatro intervenções militares contra o avanço democrático (1937, 1954, 1961 e 1964). Em 1937 se implantou a ditadura de Vargas (Estado Novo); 1954 as Forças Armadas estiveram presente nos episódios que levaram Vargas ao suicídio; Em 1961 as Forças Conservadoras articularam um golpe para impedir a posse de Jango, após a renúncia de Jânio Quadros; e em 1964 deu-se o golpe militar que aboliu os movimentos de educação e cultura popular, através da censura que reprimiu e cassou as lideranças.

No que respeita à essa última intervenção, Silvano Santiago complementa que na década de 70, a censura e a repressão culturais atingiram drasticamente "a pessoa humana do artista" do ponto de vista físico, moral, político e econômico. Outrossim, diminuíram o "número e o valor das obras artísticas, genuinamente brasileiras, levando a nação ao desinteresse pela cultura" (SANTIAGO, Op cit, passem).

percebe-se que o Regime autoritário violou toda espontaneidade dos brasileiros, tolhendo sua liberdade de expressão cultural, como forma de justificar e perpetuar o poder, através da imposição de um programa cultural, sobre a cultura já existente, a qual não representava sua identidade.

Estado de Direito, Sociedade Democrática e Sua Relação com a Cultura

A noção do Estado de Direito está intimamente relacionada à noção de Sociedade Democrática, não tendo sentido a abordagem de um desses temas de maneira isolado.

Antagônico ao Estado autoritário, o Estado de Direito garante a participação popular nas tomadas de decisão do Estado. Evaldo Vieira, em sua obra supra citada, identifica os aspectos que o caracterizam: a Lei se origina de órgão popular representativo da vontade geral, relacionando-se e subordinando-se a uma constituição; pressupõe a separação dos poderes legislativo e executivo; garante os direitos e as liberdades fundamentais, expressas nas constituições dos Estados em textos internacionais como a Declaração dos Direitos Humanos ou como a Convenção Européia para Salvar e Guardar os Direitos do Homem. Seu sustentáculo é a sociedade Democrática que contempla a participação coletiva em todas as instâncias: "*Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção (...)*" VIEIRA (1992, p. 13)

Esses rendimentos da produção envolvem mecanismos de distribuição da renda em níveis crescentes de coletivização das decisões especialmente nas várias formas de produção, incluindo-se a produção cultural.

Conforme GERMANO (Ibid) no Brasil, o processo de abertura para uma sociedade democrática inicia no Governo Figueiredo (1979 a 1985), quando é anulado o AI-5, a maior expressão da repressão militar no Brasil, assim, é concedida a anistia.

As mobilizações para o declínio do Regime Militar foram mais visíveis a partir de 1970. A vitória do MDB; a restituição das eleições diretas para governadores; a reorganização da UNE; a fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); greves operárias, resurgimento da Confederação de Professores do Brasil. Verifica-se também o abrandamento da censura à imprensa, busca de aproximação de Geisel com a CNBB e encontros com lideranças sindicais.

Aludindo à política educacional, GERMANO (id.) sintetiza dizendo que essa política no contexto da 'abertura' apela para a participação e redistribuição. Metas não cumpridas em decorrência de 'externalidades' diversas: crise fiscal do Estado, crise de legitimidade do Regime, institucionalização e ampliação do conflito; e estagnação do ciclo produtivo.

O debate cultural no período de abertura, estava revestido de incertezas, vivenciava-se uma liberdade limitada. Não se podia dar "credibilidade" aos "informes políticos". (SANTIAGO, Ibidem, pp.67-68).

O Estado autoritário surge quando se intensifica a divisão de classes e a dominante se apropria do poder em defesa dos seus próprios interesses, em detrimento das classes subalternas, opondo-se à democracia cujos princípios são a liberdade e a igualdade.

As características do Estado autoritário são identificadas como controle político do Estado, monopólio, presença de ideologias e simulacros partidários, não adoção do caráter democrático e normatização da esfera cultural.

A cultura não é mais o conjunto de expressões simbólicas que identifica um povo. Esta é sufocada para prevalecer uma cultura de um pequeno grupo que se quer perpetuar no poder. Com isso há uma ruptura com as iniciativas populares.

A passagem decisiva do Estado Autoritário para o Estado Democrático no Brasil, no período de 1964 a 1985, se dá com a anulação do Ato Institucional que até então conduzia os destinos da nação - o AI-5 e com a concessão da anistia. Essa abertura se concebe como fruto das mobilizações da sociedade civil contra a ditadura, nas quais o teatro e a música desempenharam importante papel, o da conscientização.

VIEIRA afirma que no Brasil o Estado de Direito é substituído por inspirações momentâneas dos governantes. Isto significa que neste País tem-se uma democracia em processo. No discurso a própria legislação garante a democracia. Porém na prática, não se percebe o equilíbrio entre igualdade e liberdade. Atualmente se diz que no Brasil existe liberdade mas falta igualdade. Ora, se a participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões e nos rendimentos de produção não se expressa; a concentração do capital nas mãos de uma minoria é cada vez maior e obviamente, a liberdade está existindo apenas para essa minoria. Portanto, não se pode conceber liberdade sem direitos e sem igualdade ou ainda, **meia democracia**.

A cultura brasileira tem passado por processos de mudança, radicalmente marcantes. A partir do momento em que a sociedade brasileira começa a difundir sua cultura, a sistematizar suas concepções, incentivando a transformação social, o golpe militar define o governo como autoritário, cria um aparelho repressivo ideológico, rompendo com as iniciativas populares, estabelecendo sua política de cultura.

Com a abertura para um sistema democrático, essa sociedade precisa identificar os seus verdadeiros valores, de modo que a prática seja coerente com o discurso. É necessário avançar para o exercício de uma democracia plena.

Finalmente, é importante observar que a cultura no regime autoritário é subordinada a uma ideologia e no regime democrático há necessidade de difusão da cultura e o acesso da produção cultural a todos os indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

- CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacir de. **O golpe na educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da prosperidade privada e do estado**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964 - 1985)**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTIAGO, Silvano. **Vale quanto pesa; ensaios sobre questões político culturais**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1982. v. 44.
- VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. v. 49.

SUGESTÃO DE LEITURA

A REVOLUÇÃO DA ESCRITA NA GRÉCIA: E suas conseqüências culturais

ERIC A HAVELOCK
PAZ E TERRA/UNESP

RESUMO: A fala iletrada favorece o discurso descritivo da ação, a pós-letrada alterou o equilíbrio em favor da reflexão. A sintaxe do grego começou a adaptar-se a uma possibilidade crescente de enunciar proposições, em lugar de descrever eventos. Este foi o traço fundamental do legado do alfabeto às culturas pós-letradas.

SUMÁRIO: O oral e o escrito; o som da fala e o signo escrito; os silabários pré-gregos; o alfabeto grego; a transcrição do código de uma cultura não-letrada; a natureza e o conteúdo do código; a antiga arte da poesia oral; a transcrição alfabética de Homero; os gregos antes da escrita; Hesíodo pensador; os pré-socráticos e a cultura pré-letrada; a composição oral do drama grego; conseqüências do alfabeto.

Áreas de interesse: Filosofia, História, Letras, Educação

Palavras-chave: história, Grécia, análise do discurso, escrita, oralidade